



PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DAS FRONHAS



5ª FASE - ELEMENTOS FINAIS DO PLANO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PROCESSO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Dezembro de 2008

INSTITUTO DA ÁGUA

**DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO E REGULAÇÃO DO DOMÍNIO
HÍDRICO**

DIVISÃO DE ORDENAMENTO E VALORIZAÇÃO

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DAS FRONHAS

5ª FASE

ELEMENTOS FINAIS DO PLANO

ÍNDICE GERAL

PEÇAS ESCRITAS

- REGULAMENTO
- RELATÓRIO DO PROJECTO DO POAF
- PROGRAMA DE EXECUÇÃO / PLANO DE FINANCIAMENTO
- RELATÓRIO AMBIENTAL
- RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PROCESSO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

PEÇAS DESENHADAS

- DESENHO 1 – PLANTA DE CONDICIONANTES
- DESENHO 2 – PLANTA SÍNTESE

Lisboa, Dezembro de 2008



Eng.º Rui Coelho
(Chefe de Projecto)



Dr.ª Margarida Sousa e Silva
(Coordenação)

INSTITUTO DA ÁGUA

**DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO E REGULAÇÃO DO DOMÍNIO
HÍDRICO**

DIVISÃO DE ORDENAMENTO E VALORIZAÇÃO

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DAS FRONHAS

5ª FASE

ELEMENTOS FINAIS DO PLANO

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PROCESSO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

ÍNDICE DE PORMENOR

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. APRECIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EMITIDAS DURANTE O PROCESSO DE DISCUSSÃO PÚBLICA.....	3
2.1 Introdução.....	3
2.2 Análise das Participações.....	4
3. ALTERAÇÕES AOS ELEMENTOS FINAIS DO POAF.....	6

INSTITUTO DA ÁGUA

DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO E REGULAÇÃO DO DOMÍNIO HÍDRICO

DIVISÃO DE ORDENAMENTO E VALORIZAÇÃO

PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DAS FRONHAS

5ª FASE

ELEMENTOS FINAIS DO PLANO

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PROCESSO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o faseamento dos trabalhos estipulado para o Plano de Ordenamento da Albufeira das Fronhas (POAF) e de acordo com a legislação em vigor, o presente relatório, apresenta a análise e ponderação das participações emitidas no âmbito do processo da Discussão Pública desse Plano.

O período de Discussão Pública decorreu por 30 dias, entre 20 de Outubro e 28 de Novembro de 2008, tendo sido apresentados os seguintes documentos:

Peças Escritas:

- Regulamento;
- Relatório do Plano;
- Relatório de Levantamento da Situação Actual e Estudos de Base;
- Programa de Execução e Plano de Financiamento;
- Resumo Não Técnico do POAF;
- Relatório Ambiental;
- Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica do POAF.

Peças Desenhadas:

- Planta Síntese;
- Planta de Condicionantes;
- Planta de Ocupação Actual do Solo;
- Planta de Enquadramento.

Esses elementos estiveram disponíveis para consulta nos seguintes locais:

- Nas 2 Câmaras Municipais envolvidas: Câmara Municipal de Arganil e Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares;
- Nas 5 freguesias abrangidas pelo Plano: Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Junta de Freguesia de Sarzedo, Junta de Freguesia de Arganil e Junta de Freguesia de Lavegadas.
- Na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (em Coimbra);
- No INAG, I.P. (em Lisboa), e no seu respectivo site;

Foi ainda promovida pelo INAG, IP., uma sessão pública de esclarecimento na Câmara Municipal de Arganil.

Terminada a fase de Discussão Pública, e na posse das participações recebidas durante esse processo, procedeu-se a uma análise exaustiva das mesmas, no sentido de se avaliar a pertinência dos comentários/sugestões/reclamações recebidas face à estratégia definida para a área de intervenção do POAF e ao modelo de ordenamento do território adoptado.

No **Anexo I**, apresentam-se as participações organizadas em fichas, apresentado um resumo do seu conteúdo, a apreciação e ponderação dessas questões e suas implicações nos documentos finais do POAF. No **Anexo II** apresentam-se as participações recebidas.

2. APRECIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EMITIDAS DURANTE O PROCESSO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

2.1 Introdução

No âmbito do processo de Discussão Pública do POAF, foram entregues 7 participações que constam do **Anexo II**, ao presente Relatório e que foram enviadas pelas seguintes entidades e particulares:

- António Bettencourt;
- Associação Juvenil “Os Columbinos”;
- Carlos Alberto Ferreira Luís;
- Comissão Política Concelhia de Arganil do Partido Socialista;
- Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira;
- Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça;
- Recrea Roda – Investimentos Turísticos, Consultadoria e Gestão, Lda.

De forma a facilitar o processo de apreciação, essas participações foram organizadas por ordem alfabética, integrando um conjunto de descritores (Anexo I), nomeadamente:

1. A **tipologia da Entidade**, onde se classifica essa participação de acordo com os seguintes grupos:
 - Privado, onde se inclui a pessoa individual e as entidades ou empresas privadas;
 - Administração Local, onde se incluem as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia;
 - Associações e outras entidades.
2. A **identificação** do participante (nome);
3. O **local sobre o qual incide a participação**, que corresponde ao lugar, freguesia e Concelho, sobre o qual essa participação incide;
4. A **tipologia da participação**, permite identificar se essa participação incide sobre a Zona Terrestre de Protecção ou o Plano de Água;

5. A **síntese da participação**, onde se sintetiza o conteúdo dessas participações destacando-se as reflexões consideradas mais relevantes para o processo de discussão pública;
6. A **resposta**, onde é dada uma resposta a essa participação.
7. As **alterações ao POAF** onde se menciona se essa participação deu origem, ou não, a alterações nos documentos finais do POAF. Caso haja alteração, refere-se quais os documentos que deverão ser alterados e transcreve-se essas alterações.

2.2 Análise das Participações

Ao nível das 7 participações recebidas destaca-se:

- 3 participações foram entregues por particulares (“Privado”), correspondendo duas dessas participações a pessoas em nome individual e a outra participação, ao proprietário do empreendimento turístico em construção, na área de intervenção do plano.

Essas participações dizem respeito essencialmente, a questões relacionadas com as infraestruturas de apoio ao recreio náutico e a dúvidas relacionadas com a construção do empreendimento turístico “Recrea Roda” e sua compatibilização com a Reserva Ecológica Nacional apresentada.

Foi ainda referida a questão da qualidade da água da bacia hidrográfica questão essa que se encontra fora do âmbito do POAF.

- 2 participações foram entregues por entidades da “Administração Local”, nomeadamente a Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira e Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, estando estas participações associadas a questões variadas, nomeadamente relacionadas:
 - Com a necessidade de se criar uma zona destinada à pesca desportiva sendo apontados três locais preferenciais para a prática dessa actividade. Um desses locais coincide com a área de aptidão recreativa da Roda.
 - Com a necessidade de se ampliar a área de aptidão turística (ou criar uma área nova) de forma a abarcar a zona adjacente onde existem um local licenciado para a implantação de uma estrutura flutuante de apoio a embarcações a remos e a pedal.

Foram ainda referidas outras questões que se encontram fora do âmbito do POAF (ex.: a redução da Zona de Protecção do POAF dos 500 para 300 metros, a definição de uma cota mínima para a albufeira, a concretização de obras de saneamento básico dos aglomerados urbanos a montante da área de intervenção do POAF e a identificação de locais de acesso ao plano de água por parte dos meios aéreos e terrestre, em caso de prevenção e combate a incêndios florestais).

Foram também colocadas questões que envolvem aglomerados e intervenções/investimentos fora da área de intervenção do plano que também, não puderam ser consideradas no âmbito do POAF (ex.: intervenções urbanas em Pombeiro da Beira, Póvoa da Rainha Santa e o Santuário de Santa Quitéria e a colocação de postos de turismo em Pombeiro da Beira).

- 2 das participações foram entregues por “Associações e outras entidades”, nomeadamente pela Associação Juvenil “Os Columbinos” e pela Comissão Política Concelhia de Arganil do Partido Socialista.

A Associação Juvenil referiu (e à semelhança da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira) a necessidade de se criar uma zona destinada à pesca desportiva junto à ponte da Roda, zona que já é tradicionalmente utilizada pelos pescadores e para campeonatos de pesca.

A Comissão Política Concelhia de Arganil do Partido Socialista abordou várias questões (ex.: definição de uma cota mínima para a Albufeira, investimentos ao longo de todo o vale do Alva...) que se encontram fora do âmbito do POAF

3. ALTERAÇÕES AOS ELEMENTOS FINAIS DO POAF

Da ponderação realizada, resultaram três alterações no articulado do Regulamento do POAF.

Essas alterações referem-se essencialmente às seguintes:

- no Artigo referente à “Área de Aptidão Recreativa da Roda” é introduzida a zona de pesca que deverá ser implementada juntamente com os restantes equipamentos e infraestruturas previstos para a utilização recreativa desta área.
- no Artigo referente aos “Pontões de Uso Privado” (que passa a designar-se “Pontões”) integra uma referência aos pontões de uso público, os quais poderão vir a ser implantados na albufeira desde que se destinem a prestar apoio às embarcações a remos e a pedal.
- nos Artigos referentes ao “Centro Náutico” e “Embarcadouro e Pontos de Acostagem” é introduzido um esclarecimento quanto à representação dessas infraestruturas na Planta Síntese, referindo-se a sua localização é meramente indicativa, de forma a evitar situações conflituosas aquando da implementação do Plano.

Em síntese, as alterações efectuadas no Regulamento do POAF, são as seguintes:

➤ **Para a introdução da Zona de Pesca:**

“Área de Aptidão Recreativa da Roda”

1. *A Área de Aptidão Recreativa da Roda será alvo de recuperação e arranjo paisagístico, sendo permitido a construção e implementação de um conjunto de equipamentos e infraestruturas de apoio à utilização recreativa desta área, nomeadamente:*
 - a) *A construção de um estabelecimento de restauração e de bebidas com esplanada, de acordo com os seguintes parâmetros:*
 - Área máxima de implantação – 200 m²;
 - Número máximo de pisos – 1 piso.
 - b) *A construção de um parque infantil;*
 - c) *A implantação de uma estrutura ligeira de apoio às embarcações de recreio (a remos e a pedal) integrando posto de socorros/comunicações e espaço para armazenamento de material com as seguintes características:*
 - Área máxima de implantação – 50 m²;
 - Número máximo de pisos – 1 piso.

- d) *A criação de um circuito de manutenção equipado com estruturas de apoio construídas com materiais naturais;*
- e) *A criação de uma pista de pesca dotada de equipamentos e infraestruturas de apoio a essa prática;*
- f) *Recuperação da rampa de acesso ao plano de água e apoio;*
- g) *Um parque de estacionamento regularizado, fora da área reservada.*

➤ **Para a introdução do Pontão de apoio às embarcações a remos e a pedal:**

“Pontões”

1. *Os pontões e respectivos passadiços de ligação à margem a instalar fora das áreas de aptidão turística e recreativa, serão constituídos por estruturas ligeiras, com sistemas de adaptação à variação de nível de água, utilizando material próprio para esse efeito e não poluente e que não afectem a estabilidade da margem por desmoronamento ou destruição, ainda que pontual, a instalar sem prejuízo do cumprimento do disposto no Regime da REN.*
2. *Os pontões, a localizar no plano de água, poderão ser de utilização pública ou privada, carecendo em qualquer dos casos de título de utilização.*
3. *Os pontões de uso público destinam-se apenas a prestar apoio à navegação a remos e pedal, sendo a sua instalação permitida nos seguintes termos:*
 - a) *Desde que os terrenos do requerente confinem com a cota de expropriação e desde que exista um estabelecimento de restauração e/ou de bebidas devidamente licenciado, é permitido o licenciamento de um só pontão nos quais não é permitida a instalação de qualquer tipo de abrigo ou equipamento;*
 - b) *Nestes pontões, cuja área total não deve exceder os 13 m², é permitida a acostagem de um máximo de seis embarcações a remos e a pedal;*
 - c) *Apenas é permitida a circulação dessas embarcações nas zonas de navegação restrita.*
4. *A instalação de pontões de uso privado de apoio à navegação de recreio é permitida nos seguintes termos:*
 - a) *Desde que os terrenos do requerente confinem com a cota de expropriação e desde que existam habitações licenciadas, é permitido o licenciamento de um só pontão nos quais não é permitida a instalação de qualquer tipo de abrigo ou equipamento;*
 - b) *A localização destas infraestruturas fica ainda condicionada pelas disposições constantes no presente regulamento, nomeadamente no que se refere à sua compatibilização com as actividades secundárias definidas para as áreas de aptidão recreativa;*
 - c) *Estes pontões serão constituídos por estruturas ligeiras com dimensões não superiores a 6 x 2,5 metros sendo permitida a acostagem de um máximo de duas embarcações de recreio.*

5. *Nos pontões de utilização pública e privada interditam-se as operações de abastecimento, reparação, mudanças de óleo e lavagens das embarcações.*
6. *Nas zonas de navegação interdita, proíbe-se a localização destas infraestruturas.*
7. *Essas infraestruturas deverão ser sinalizadas no plano de água.*

- **Para a introdução de uma referência ao facto de a localização das infraestruturas de apoio ao recreio náutico na Planta Síntese ser apenas indicativo:**

Secção III - Infraestruturas de Apoio ao Recreio Náutico

“Centro Náutico”

(...)

4. *“O Centro Náutico representado na Planta Síntese têm uma localização meramente indicativa, devendo conformar-se com as disposições do presente Regulamento e com o definido no âmbito do projecto a aprovar pelas entidades competentes.”*

“Embarcadouro e Pontos de Acostagem”

(...)

9. *“O embarcadouro e Pontos de Acostagem assinalados na Planta de Síntese, têm uma localização meramente indicativa, devendo conformar-se com as disposições do presente Regulamento e com o definido no âmbito do projecto a aprovar pelas entidades competentes.”*

ANEXO I

Ponderação das Participações Recebidas No Âmbito do Processo de Discussão Pública

Apreciação dos pareceres emitidos no âmbito do Processo de Discussão Pública do POAF
(20/10 a 28/11/2008)

Tipologia da Entidade: Privado

Ficha nº 1

Identificação: António Bettencourt

Local sobre o qual incide a participação: Lugar da Roda (Freguesia Pombeiro da Beira, Concelho de Arganil)

Tipologia da Participação: Zona Terrestre de Protecção/Plano de Água

Síntese da Participação:

1. Enuncia os problemas que surgiram e os conflitos decorrentes das obras de construção do Empreendimento Turístico "Recrea Roda".
2. Refere a problemática da qualidade da água ao nível da Bacia Hidrográfica: *"(...) gostava que se verificasse quantas povoações em redor desta bacia têm saneamento básico (...), quantas autarquias (...) têm anteprojectos para o (...) saneamento, (...) utilização de fertilizantes e pesticidas (...) recolha de lixos (...)".*

Resposta:

1. As questões levantadas relativamente às alegadas irregularidades das obras do empreendimento "Recrea Roda" não são matéria da competência deste Plano. No entanto e porque a pretensão teve acolhimento no plano agora elaborado o mesmo terá de cumprir o regulamento do POAF.
 2. A qualidade da água ao nível da Bacia Hidrográfica é caracterizada e avaliada no âmbito do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego, encontrando-se fora do âmbito do POAF cuja área de intervenção se restringe aos 500 metros delimitados a partir do Nível de Pleno Armazenamento da Albufeira. A questão da qualidade da água foi no entanto caracterizada ao nível da área de intervenção do POAF, tendo-se estabelecido um conjunto de regras e medidas de forma a salvaguardar a qualidade da mesma.
- Essas preocupações relativas à qualidade da água da albufeira encontram-se expressas no Regulamento do POAF, com particular incidência nos seguintes artigos referentes às "Actividades Interditas no Plano de Água", "Actividades Interditas na Zona de Protecção" e "Saneamento Básico".

Apreciação dos pareceres emitidos no âmbito do Processo de Discussão Pública do POAF
(20/10 a 28/11/2008)

Tipologia da Entidade: Associação Juvenil

Ficha nº 2

Identificação: Associação Juvenil "Os Columbinos"

Local sobre o qual incide a participação: Freguesia Pombeiro da Beira (Concelho de Arganil)

Tipologia da Participação: Zona Terrestre de Protecção

Síntese da Participação:

1. Dado que esta Associação realiza anualmente um concurso de pesca desportiva numa zona a montante da ponte da Roda, solicitam a inclusão no POAF, de uma pista de pesca nessa área, de forma a criar condições para essa pratica desportiva (ex.: colocação de caixotes de lixo, árvores de sombra, bancos e mesas, parque de estacionamento).

Resposta:

1. No âmbito do POAF, a actividade da pesca é permitida em toda a Albufeira. Uma das áreas preferenciais para essa prática coincide com a Área de Aptidão Recreativa da Roda pelo que o Regulamento foi alterado de modo a permitir a criação de uma pista de pesca devendo a sua instalação ser precedida dos necessários licenciamentos.

Apreciação dos pareceres emitidos no âmbito do Processo de Discussão Pública do POAF
(20/10 a 28/11/2008)

Tipologia da Entidade: Privado

Ficha nº 3

Identificação: Carlos Alberto Ferreira Luís

Local sobre o qual incide a participação: Lugar da Lomba, Freguesia Pombeiro da Beira, Concelho de Arganil

Tipologia da Participação: Plano de Água

Síntese da Participação:

1. O requerente é titular de um Alvará de Licença de Utilização do Domínio Hídrico. Solicita a “(...) *contemplanção da utilização de que dispõe no plano (...)*”. É proprietário de 5 gaivotas a pedal para aluguer que se encontram a Oeste, perto da Área de Aptidão Turística da Roda.

Resposta:

1. A navegação recreativa a remos e a pedal já é permitida de acordo com o estipulado no Regulamento do POAF, tendo sido alterado o regulamento de forma a prever a possibilidade da instalação de pontões para uso público apenas para as embarcações a remos e a pedal.

Apreciação dos pareceres emitidos no âmbito do Processo de Discussão Pública do POAF
(20/10 a 28/11/2008)

Tipologia da Entidade: Associações e outras entidades

Ficha nº 4

Identificação: Comissão Política Concelhia de Arganil do Partido Socialista

Local sobre o qual incide a participação: Área de Intervenção do POAF/Fora da área de Intervenção do POAF

Tipologia da Participação: Plano de Água/ Zona Terrestre de Protecção

Síntese da Participação:

1. “(...) *definição de uma cota mínima para a albufeira (...)*” de forma a evitar as excessivas alterações nos níveis de água
2. “(...) *concretização de obras de saneamento básico em toda a bacia do Alva (...)*” de forma a garantir a qualidade da água da albufeira
3. “ *Devem ser impulsionados investimentos ao longo de todo o Vale do Alva (praias fluviais, zonas de lazer, regularização das margens, etc.) para que o Rio seja utilizado em toda a sua plenitude (...)*”
4. “ *A par das intervenções urbanas a realizar em Fronhas em Sail, não deve ser esquecida a importância de outras localidades Póvoa da Rainha Santa e o Santuário de Santa Quitéria que devem assumir-se como locais de atracção e ocupação dos tempos livres (...)*”

Resposta:

1. A definição de uma cota mínima para a albufeira é uma questão que se prende com a gestão da água da albufeira para o fim principal que presidiu à construção da barragem, encontrando-se por esse motivo, fora do âmbito do POAF.
2. No âmbito do POAF foi realizada uma caracterização e feita uma avaliação das infraestruturas de saneamento existentes nos aglomerados integrados na área em estudo. Foram ainda definidos um conjunto de regras e medidas de forma a salvaguardar a qualidade de água da Albufeira. Para os aglomerados referidos que se encontram fora da área de intervenção do POAF, deverão ser cumpridas as regras que constam no Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego, assim como a legislação em vigor.
3. Esta questão, embora da maior importância para os concelhos que se localizam ao longo do vale do Alva, encontra-se fora do âmbito do POAF.
4. As intervenções urbanas em Fronhas e Sail resultam do facto de, e no âmbito da área de intervenção do POAF, estes dois aglomerados corresponderem aos únicos que reúnem condições mínimas para se constituírem como áreas de apoio para o desenvolvimento turístico e recreativo da albufeira. Os aglomerados referidos encontram-se fora da área de intervenção do POAF cabendo à Câmara Municipal de Arganil e/ou a entidades privadas alargar essas oportunidades e investimentos a outros aglomerados.

Apreciação dos pareceres emitidos no âmbito do Processo de Discussão Pública do POAF
(20/10 a 28/11/2008)

Tipologia da Entidade: Administração Local

Ficha nº 5

Identificação: Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira

Local sobre o qual incide a participação: Concelho de Arganil /fora da Área de Intervenção do POAF

Tipologia da Participação: Zona Terrestre de Protecção

Síntese da Participação:

1. Solicita a implantação de uma área destinada à pesca desportiva junto à ponte da Roda, *“(…) uma vez que se trata de um local de eleição para os praticantes desta modalidade (…)”*
2. Concretização de obras de saneamento básico dos aglomerados urbanos a montante (Covais, Aveia, Priados...) de forma a garantir a qualidade da água
3. Definição de uma cota mínima para a albufeira de forma a evitar as excessivas alterações nos níveis de água
4. *“ A par das intervenções urbanas a realizar em Fronhas em Sail, não deve ser esquecida a importância de outras localidades como Roda, Pombeiro da Beira, Póvoa da Rainha Santa e o Santuário de Santa Quitéria que devem assumir-se como locais de atracção e lazer (…)”*
5. A área de aptidão turística deverá ser estendida ou criar uma área de aptidão recreativa contígua de forma a abarcar a zona adjacente onde existe o aluguer de 5 gaivotas a pedal
6. Postos de turismo: *“(…) seria importante localizar um deles na Roda ou na sede de freguesia (….) onde se iniciou a construção de um hotel rural que deverá estar concluído em 2009 (….) seria importante para apoio dos utilizadores dessas infraestruturas turísticas.”*
7. *“ Identificação/delimitação de locais de acesso ao plano de água por parte dos meios aéreos e terrestre, em caso de prevenção e combate a incêndios florestais.”*

Resposta:

1. No âmbito do POAF, a actividade da pesca é permitida em toda a Albufeira. Uma das áreas preferenciais para essa prática coincide com a Área de Aptidão Recreativa da Roda pelo que o Regulamento foi alterado de modo a permitir a criação de uma pista de pesca devendo a sua instalação ser precedida dos necessários licenciamentos.
2. No âmbito do POAF foi realizada uma caracterização e feita uma avaliação das infraestruturas de saneamento existentes nos aglomerados integrados na área em estudo. Foram ainda definidos um conjunto de regras e medidas de forma a salvaguardar a qualidade de água da Albufeira. Para os aglomerados referidos que se encontram fora da área de intervenção do POAF, deverão ser cumpridas as regras que constam no Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego, assim como a legislação em vigor.

3. A definição de uma cota mínima para a albufeira é uma questão que se prende com a gestão da água da albufeira para o fim principal que presidiu à construção da barragem, encontrando-se por esse motivo, fora do âmbito do POAF.
 4. As intervenções urbanas em Fronhas e Sail resultam do facto de, e no âmbito da área de intervenção do POAF, estes dois aglomerados corresponderem aos únicos que reúnem condições mínimas para se constituírem como áreas de apoio para o desenvolvimento turístico e recreativo da albufeira. O aglomerado da Roda, apesar da proximidade ao empreendimento turístico “Recrea Roda” não reúne essas condições mínimas. Os restantes aglomerados encontram-se fora da área de intervenção do POAF cabendo à Câmara Municipal de Arganil e/ou a entidades privadas alargar essas oportunidades e investimentos a outros aglomerados, nomeadamente a Pombeiro da Beira que de facto, integra um património interessante.
 5. A área de aptidão turística foi delimitada em função das características do território, não se justificando a alteração dos seus limites, à qual corresponde à área do Plano de Pormenor do Parque do Alva que se encontra em curso e que integra um conjunto de imóveis, infraestruturas e serviços aprovados por um conjunto significativo de entidades (nomeadamente a Direcção Geral do Turismo, a CCDR Centro, o INAG, I.P., a DGRF - actual Autoridade Florestal Nacional -, Câmara Municipal de Arganil, entre outras).
- A navegação recreativa a remos e a pedal já é permitida de acordo com o estipulado no Regulamento do POAF, tendo sido alterado o regulamento de forma a prever a possibilidade da instalação de pontões para uso público apenas para as embarcações a remos e a pedal.
6. Há semelhança do referido para o Ponto 4, a implantação de postos de turismo corresponde a uma iniciativa que deverá ser posteriormente desenvolvida e alargada a outros locais, caso se justifique. A escolha de Fronhas, Sail e Maladão para a implantação desses postos de turismo está relacionada com o facto de estes corresponderem aos únicos aglomerados que na área de intervenção do plano (e numa fase inicial da implementação do POA) e face às condições que possuem e à proximidade às iniciativas previstas reúnem condições para atrair população e para promoção turístico-recreativa da albufeira. Tal como já referido, e dependendo do sucesso das iniciativas previstas no plano, poderá prever-se a implantação destes postos noutros locais.
 7. Embora a problemática dos incêndios florestais seja abordada no POAF, a Identificação/delimitação de locais de acesso ao plano de água por parte dos meios aéreos e terrestre, deverá ser feita no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), da responsabilidade da Câmara Municipal.

Apreciação dos pareceres emitidos no âmbito do Processo de Discussão Pública do POAF
(20/10 a 28/11/2008)

Tipologia da Entidade: Administração Local

Ficha nº 6

Identificação: Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça

Local sobre o qual incide a participação: Área de Intervenção do POAF

Tipologia da Participação: Zona Terrestre de Protecção

Síntese da Participação:

1. Sugere que a zona de protecção de 500 metros a partir da cota máxima da albufeira, possa ser reduzida para 300 metros *“(…) uma vez que o objectivo de controlar ou eliminar possíveis focos de poluição neste espaço de restrição é perfeitamente possível e por outro lado permitimos a utilização de uma maior quantidade de solo fértil por parte dos agricultores e produtores florestais de uma forma não tão rígida. (…)”*.

Resposta:

1. Em 1988, e de acordo com as características locais e os usos primários existentes, a Albufeira das Fronhas foi classificada pelo Decreto Regulamentar 2/88 de 20 de Janeiro, como “Protegida”.

Esse mesmo Decreto Regulamentar estabelece ainda que as albufeiras classificadas como “Protegidas” deverão ter uma Zona de Protecção com uma largura de 500 metros, contada a partir da linha do nível de pleno armazenamento (neste caso, cota 136 m) e medida na horizontal. Estabelece ainda, que a Zona de Protecção assim definida, deverá ser objecto de um Plano de Ordenamento.

Apreciação dos pareceres emitidos no âmbito do Processo de Discussão Pública do POAF
(20/10 a 28/11/2008)

Tipologia da Entidade: Privado

Ficha nº 7

Identificação: Recrea Roda – Investimentos Turísticos, Consultoria e Gestão, Lda.

Local sobre o qual incide a participação: Lugar da Roda, Concelho de Arganil

Tipologia da Participação: Zona Terrestre de Protecção

Síntese da Participação:

1. Refere que a área assinalada na Planta de Condicionantes do POAF como pertencendo à REN não é a que constam no Plano de Pormenor do Parque do Alva e que foi fornecida pela antiga DRABL em 1999.
2. No Artigo 35º, nº3 do Regulamento do POAF está prevista a existência de um ponto de acostagem. *“No entanto, nas plantas do POAF tal ponto de acostagem aparece fora da área de aptidão turística (...)”* requer que a situação seja rectificadora nas respectivas plantas.

Resposta:

1. A REN do POAF, foi delimitada pela CCDR Centro no âmbito do trabalho que se encontra a ser desenvolvido para a revisão dos PMOT e foi fornecida para ser integrada no processo do POAF, passando a corresponder (e após a sua aprovação pela Comissão da REN) à REN em vigor para essa área de intervenção. Por esse motivo, difere da REN considerada para os efeitos de elaboração do Plano de Pormenor do Parque do Alva, fornecida em 1999.
2. As infraestruturas de apoio ao recreio náutico assinaladas na Planta de Síntese têm uma localização meramente indicativa. De forma a evitar eventuais situações de conflito, introduz-se uma referência no Regulamento, a esse facto.

ANEXO II

Participações Recebidas No Âmbito do Processo de Discussão Pública do POAF